

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Relatório sobre a revisão das Informações Contábeis Intermediárias.

Referente ao 2º trimestre de 2025.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**Aos
Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da entidade é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade, é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Contingências Cíveis – Limitação de Escopo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, a Entidade apresenta, na rubrica de provisão para contingências judiciais, o montante de R\$ 110.866. Até a conclusão de nossos trabalhos, não obtivemos dos assessores jurídicos internos a relação detalhada de todos os processos judiciais em aberto, com suas respectivas classificações quanto à probabilidade de perda (remota, possível ou provável), que nos permitisse avaliar a adequação da provisão registrada e divulgações em notas explicativas. Devido a essa limitação, não foi possível aplicar procedimentos alternativos que nos permitissem concluir sobre a necessidade de eventuais ajustes nos ativos e passivos das demonstrações financeiras intermediárias, no resultado do exercício, no resultado abrangente, nos fluxos de caixa e no patrimônio líquido.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, aplicável à elaboração de informações trimestrais.

Barueri, 9 de setembro de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Jucléia Gonçalves Rodrigues
Contadora 1 CRC RS 078349/O-1
Sócia

Demonstrações financeiras

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS
PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

*30 de junho de 2025 com relatório dos auditores
independentes sobre as demonstrações financeiras*

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Índice

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado do exercício	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Balanco patrimonial

Em 30 de junho de 2025 e 31 dezembro 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	533.669	514.847
Contas a receber	5	30.469	19.065
Impostos a recuperar	6	10.430	9.912
Estoques	7	25.804	20.371
Adiantamentos a empregados	8	2.457	1.446
Outros créditos	10	28.700	31.309
		<u>631.529</u>	<u>596.950</u>
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	6	5.257	8.600
Depósitos judiciais	9	527.034	453.223
Outros créditos	10	1.434	1.434
Imobilizado	11	817.776	602.915
Intangível	11	1.721	1.988
		<u>1.353.222</u>	<u>1.068.160</u>
Total do ativo		<u><u>1.984.751</u></u>	<u><u>1.665.110</u></u>
	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		81.279	37.865
Obrigações trabalhistas	12	19.747	16.440
Obrigações fiscais	13	18.239	20.683
Adiantamentos de clientes	14	15.612	14.615
		<u>134.877</u>	<u>89.603</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	110.000	-
Impostos, taxas e contribuições	13	252.092	252.092
Provisões de contingências	16	200.205	194.840
Impostos e contribuições diferidos		4.314	1.581
		<u>566.611</u>	<u>448.513</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17	1.086.444	1.086.444
Reserva de lucros	17a	196.819	40.550
Total do patrimônio líquido		<u>1.283.263</u>	<u>1.126.994</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>1.984.751</u></u>	<u><u>1.665.110</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstração do resultado do Período

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	01/04/2025 a 30/06/2025	Semestre findo em 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2024
Receita operacional líquida	18	163.191	322.664	160.525	304.552
Custo dos serviços prestados	19	(118.754)	(170.710)	(99.238)	(147.222)
Lucro bruto		44.437	151.954	61.287	157.330
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(35.116)	(65.398)	(49.483)	(113.102)
Outros resultados operacionais	21	33.621	30.767	1.957	(1.849)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		42.942	117.323	13.761	42.379
Receitas financeiras	22	22.693	41.683	18.978	29.759
Despesas financeiras	22	(1.901)	(5.289)	(5)	(10)
Resultado financeiro		20.792	36.394	18.973	29.749
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		63.734	153.717	32.734	72.128
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.765)	(11.145)	(2.819)	(6.261)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.995)	(2.734)	(133)	(242)
Resultado líquido do período	17b	57.974	139.838	29.782	65.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de junho 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>01/04/2025 a 30/06/2025</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2025</u>	<u>01/04/2024 a 30/06/2024</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2024</u>
Resultado do exercício	57.974	139.838	29.782	65.625
Ajustes de exercícios anteriores	16.431	16.431	53	(42.246)
Total do resultado abrangente do período	<u>74.405</u>	<u>156.269</u>	<u>29.835</u>	<u>23.379</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Período findo em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.086.444	(48.442)	-	-	1.038.002
Resultado líquido do exercício	-	65.625	-	-	65.625
Ajuste de exercícios anteriores	-	(42.246)	-	-	(42.246)
Saldos em 30 de junho de 2024	<u>1.086.444</u>	<u>(25.063)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.061.381</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.086.444	-	6.077	34.473	1.126.994
Resultado líquido do exercício	-	139.838	-	-	139.838
Transferência de Reserva de Lucro	-	(139.838)	-	139.838	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	16.431	16.431
Saldos em 30 de junho de 2025	<u>1.086.444</u>	<u>-</u>	<u>6.077</u>	<u>190.742</u>	<u>1.283.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	139.838	65.625
Depreciações e amortizações	22.567	23.474
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	5.364	-
Tributos diferidos sobre o lucro	2.733	429
Juros incorridos sobre empréstimos	895	-
Ajuste de exercícios anteriores	16.431	(42.246)
	<u>187.828</u>	<u>47.282</u>
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(11.404)	(4.279)
Estoques	(5.433)	(1.605)
Tributos a recuperar	2.826	(2.295)
Despesas antecipadas	-	82
Depósitos judiciais	(73.811)	(6.078)
Demais créditos	1.598	132.872
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	43.414	21.810
Obrigações sociais e trabalhistas	3.307	10.517
Impostos e contribuições a recolher	(2.444)	7.251
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	997	(6.796)
	<u>146.878</u>	<u>198.761</u>
Fluxos de caixas das atividades operacionais	<u>146.878</u>	<u>198.761</u>
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(237.161)	(11.831)
Baixa do imobilizado e intangível	-	36.873
Ajuste de Laudo de Avaliação Patrimonial	-	3.756
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(237.161)</u>	<u>28.798</u>
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	110.000	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	(895)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>109.105</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>18.822</u>	<u>227.559</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	514.847	325.739
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	533.669	553.298
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>18.822</u>	<u>227.559</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional do 1º Semestre de 2025

- **Movimentação Total de Cargas:** No primeiro semestre de 2025, os portos de Paranaguá e Antonina atingiram um volume recorde de 34.252.008 toneladas, o que representa um crescimento de 1,4 % em relação ao mesmo período de 2024 (33.780.236 toneladas)
- **Exportações:** As exportações mantiveram estabilidade, com leve incremento de 0,1 %, passando de 21.261.128 toneladas em 2024 para 21.275.295 toneladas em 2025
- **Importações:** Houve crescimento expressivo nas importações, que somaram 12.976.714 toneladas, equivalente a +3,7 % em relação ao primeiro semestre de 2024 (12.519.108 toneladas) Os fertilizantes lideraram esse movimento, com 5.251.240 toneladas desembarcadas, oriundas da China, Rússia e Canadá, tendo como principais destinos os estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Goiás. No panorama nacional, os portos paranaenses lideram o setor, respondendo por 27 % do total de fertilizantes importados no país
- **Contêineres:** A movimentação de contêineres também registrou aumento, passando de 780.457 TEUs em 2024 para 803.041 TEUs em 2025, o que demonstra ganho de eficiência operacional e demanda

Destaques Commodities

- **Soja e Farelo de Soja:** As exportações de soja em grão foram destacadas, com 7.863.227 toneladas, enquanto o farelo de soja representou 30 % do volume nacional, com 3.428.464 toneladas embarcadas, principalmente para França, Países Baixos e Coreia do Sul. O valor exportado totalizou US\$ 1,1 bilhões FOB

Perspectivas e Avaliação da Gestão

- O volume recorde registrado representa o melhor semestre da história da Portos do Paraná, reflexo dos esforços em infraestrutura logística e capacitação de pessoal;
- A diretoria avalia que a operação foi conduzida com eficiência, sem filas de atracação, e alta produtividade. A projeção para o segundo semestre permanece otimista.

1.1 Aprovação de leilões

No primeiro trimestre de 2025, a Portos do Paraná obteve aprovação e autorização do TCU para publicar o edital de três áreas destinadas ao arrendamento de granéis vegetais. Os contratos, com prazo inicial de 35 anos prorrogáveis, preveem investimentos e aportes que podem alcançar 3,5 bilhões de reais ao longo de sua vigência, consolidando a Portos do Paraná como a primeira Autoridade Portuária do Brasil a ter 100% de suas áreas regularizadas. As sessões dos leilões dessas três áreas foram realizadas no dia 30 de abril de 2025, na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, com grande sucesso com total de 16 proponentes para as 3 áreas e com outorgas oferecidas nas disputas chegando ao patamar de mais de 800 milhões de reais para a Autoridade Portuária. E ainda marcou no seu resultado operacional o melhor semestre da história movimentando mais de 34,2 milhões de toneladas de janeiro a junho de 2025

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras e notas explicativas são apresentadas em milhares de reais (R\$), Exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 09 de setembro de 2025.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até 30 de junho de 2025, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

A partir deste exercício e após a declaração de imunidade aos impostos conferida pelo art.150 da C.F., ter a sua confirmação em trânsito em julgado (junho de 2023), a companhia passou a recolher somente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sendo que a Contribuição do exercício corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 30 de junho de 2025, que impactem estas Demonstrações Contábeis.

Durante o exercício, foi publicada a Resolução nº 127, de 8 de abril de 2025, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que dispõe sobre as modalidades de contratação e utilização de áreas portuárias nos portos organizados. A norma estabelece, entre outros aspectos:

Novas modalidades contratuais, incluindo contratos de transição e contratos de uso de espelho d'água;
Regimes de uso público eventual e uso público continuado;
Obrigatoriedade de divulgação das áreas e instalações portuárias disponíveis e ocupadas.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

A Portos do Paraná vem adotando medidas para adequação a estas novas regras, cuja transição tem. Até a data de emissão das demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos significativos que impactem as políticas contábeis ou os saldos das demonstrações financeiras.

A Portos do Paraná continuará monitorando a implementação da Resolução nº 127/2025 e divulgará eventuais impactos relevantes nas próximas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	47.770	68.365
Bancos conta vinculada (i)	1.191	1.022
Aplicações financeiras (ii)	553.944	510.465
Aplicações financeiras (iii)	(69.236)	(65.005)
	<u>533.669</u>	<u>514.847</u>

- (i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

<u>Contrato</u>	<u>Cliente/Prestador</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>Banco</u>	<u>Agência</u>	<u>C/C</u>
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	18	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	418	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	269	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	19	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	39	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	109	001	0259-3	71.254-X
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	24	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
017/2025	Hexiito Engenharia Ltda	120	001	0259-3	68.576-3
096/2021	TRC Telecom Ltda.	155	001	0259-3	90.877-0
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	4	001	0259-3	71.253-1
		<u>1.191</u>			

- (ii) As aplicações financeiras aqui indicadas estão distribuídas em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.
- (iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Período findo em 30 de junho de 2025

*(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)***5. Contas a receber**

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos de Paranaguá e de Antonina. As tarifas estão detalhadas na NE nº17. O valor a receber de clientes em 30 de junho de 2025 é de R\$ 30.469 (R\$ 19.065 em 31 de dezembro de 2024). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	29.091	17.434
Vencidos até 30 dias	1.310	1.583
Vencidos de 30 a 180 dias	66	44
Vencidos a mais de 180 dias (i)	2	4
	<u>30.469</u>	<u>19.065</u>

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depósito judicial – processo 1749/07 (i)	307.700	307.700
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(307.700)	(307.700)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (ii)	21.709	21.708
Provisão para perda	(21.709)	(21.708)
	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Esses depósitos cessaram em abril de 2023 após decisão favorável a Portos do Paraná em 1ºGrau.
- (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Período findo em 30 de junho de 2025

*(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)***6. Tributos a recuperar**

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.099	1.099
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	14.407	17.232
Programa de Integração Social - PIS	32	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	149
	<u>15.687</u>	<u>18.512</u>
Circulante	10.430	9.912
Não circulante	5.257	8.600

7. Estoques

A empresa utiliza o sistema SAP para gerenciar seus estoques de maneira eficiente e integrada. O SAP oferece diversas funcionalidades que permitem um controle rigoroso e preciso dos materiais, desde a entrada até a saída do estoque. De forma que o módulo de estoque é totalmente integrado com a contabilidade, com seus movimentos refletindo lançamentos contábeis em tempo real. O saldo de estoques em 30 de junho de 2025 é de R\$ 25.804 e em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 20.371.

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Décimo terceiro salário	2.278	-
Férias	164	1.431
Outros adiantamentos	15	15
Total	<u>2.457</u>	<u>1.446</u>

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas (i)	47.051	3.898
Tributos (ii)	277.990	277.990
Cíveis	132.757	106.330
Outros (iii)	69.236	65.005
Total	<u>527.034</u>	<u>453.223</u>

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos foi suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento de parte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a outra parte do IR que a PGFN ainda contestou o levantamento e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.
- (iii) O valor de R\$ 69.236 em 30 de junho de 2025 e R\$ 65.005 para 31 de dezembro de 2024 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas	3.540	3.324
Cíveis	<u>65.696</u>	<u>61.681</u>
	<u>69.236</u>	<u>65.005</u>

10. Outros créditos

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR(i)	117	117
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (ii)	<u>28.700</u>	<u>31.309</u>
	<u>30.134</u>	<u>32.743</u>
Circulante	28.700	31.309
Não circulante	1.434	1.434

- (i) O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.
- (ii) Refere-se ao valor de indenização da Cotriguaçu pela transmissão dos bens públicos, após a redução da poligonal da área de abrangência e jurisdição da Autoridade Portuária no perímetro que caberia a reversão dos bens foi apurado o valor que cabe em indenização pela Cooperativa em face desta redução de área do Contrato de Arrendamento nº025/93. Foi estabelecido o acordo por meio do Instrumento de Confissão de Dívida assinado em 9 de junho do corrente ano, onde se estabeleceu que a devedora faria o pagamento do montante de 31.309.113,51 atualizados na data do acordo para 32.085.300,74 em 12 parcelas mensais, atualizadas pelo índice inflacionário IGP-M da FGV, sendo a primeira parcela quitada em até sete dias na data da assinatura do Instrumento.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

	31/12/2024	Aquisições	Depreciação	30/06/2025
Bens em operação				
Outros - infraestrutura marítima	57.693	-	(101)	57.592
Outros - infraestrutura acostagem	166.602	447	(6.029)	161.020
Outros - infraestrutura terrestre	12.928	-	(781)	12.147
Outros - armazenagem	11.117	-	(1.365)	9.752
Outros equipamentos	117.476	-	(11.302)	106.174
Bens da administração				
Terrenos	98.381	-	-	98.381
Edificações e benfeitorias	11.821	-	(500)	11.321
Instalações	8.235	-	(1.258)	6.977
Equipamentos e informática e tecnologia	3.790	332	(787)	3.335
Móveis e utensílios	1.563	61	(177)	1.447
Imobilizado em andamento (i)	113.309	236.321	-	349.630
Total do imobilizado	602.915	237.161	(22.300)	817.776

(i) Imobilizado em andamento- Sistema de descarga de graneis pelo modal ferroviário – Moegão

A Companhia encontra-se em fase de execução da obra denominada Moegão, infraestrutura destinada à recepção, descarga e expedição de granéis sólidos, com o objetivo de ampliar a capacidade operacional do porto, reduzir gargalos logísticos e aumentar a eficiência do escoamento da produção.

O valor total estimado do empreendimento é de R\$ 626.096 mil, sendo que até 30 de junho de 2025 já foram realizados investimentos no montante de R\$ 349.630 mil, contabilizados no ativo imobilizado em andamento.

O prazo contratual de execução da obra é de 20 meses, com conclusão prevista para dezembro de 2025.

Os principais benefícios esperados com a entrada em operação do Moegão incluem:

Aumento da capacidade de descarga simultânea de vagões; Redução do tempo médio de espera e operação na ferrovia e no porto; Maior eficiência logística, com ganhos de produtividade e redução de custos operacionais; Contribuição para a sustentabilidade das operações, com menor emissão de poluentes decorrente da otimização logística.

A Administração acompanha a evolução da obra e reafirma que os valores já incorridos e os investimentos futuros estão devidamente registrados nas demonstrações financeiras como imobilizado em andamento, a serem reclassificados para imobilizado operacional quando concluída e disponível para uso.

b) Intangível

	31/12/2024	Amortização	30/06/2025
Intangível	1.988	(267)	1.721
Total do intangível	1.988	(267)	1.721

12. Obrigações trabalhistas

	30/06/2025	31/12/2024
Ordenados a pagar	2.829	2.709
Provisão para Férias	10.159	11.073
Provisão para 13º Salário	2.956	-
Consignações folha	276	274
Pensões a pagar	95	86
Provisões trabalhistas (i)	832	2.298
Total	17.147	16.440

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

- (i) Os valores relativos aos benefícios pós-emprego devidos ao pessoal que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) implantado em 2022. Esses colaboradores foram desligados durante os exercícios de 2023 e 2024, e os benefícios pactuados no âmbito do PDV atendem à definição de benefícios pós-emprego conforme previsto no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Os valores reconhecidos referem-se às obrigações assumidas com esses ex-empregados, incluindo pagamentos parcelados acordados no momento da rescisão contratual.

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	30/06/2025	31/12/2024
Encargos da Folha	3.567	4.607
Contribuição Previdenciária - INSS	1.518	1.503
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	533	640
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	1.516	2.464
Contribuições sobre o Faturamento	254.082	253.645
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	209.128	208.769
Programa de Integração Social - PIS	44.954	44.876
Impostos e Contribuições sobre Resultados	7.801	10.115
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	7.801	10.115
Encargos Retidos de Fornecedores	7.481	4.408
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	2.778	1.489
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	446	271
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	456	500
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.801	2.148
	270.331	272.775
Circulante	18.239	20.683
Não circulante	252.092	252.092

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 30 de junho de 2025 o valor desta conta é de R\$ 15.612 e de R\$ 14.615 em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

15. Empréstimos e financiamentos

O financiamento junto ao BNDES teve início em fevereiro de 2024 e se estenderá até fevereiro de 2047, totalizando 276 meses de prazo. O contrato prevê carência de 30 meses, com as amortizações iniciando em setembro de 2026. O custo do empréstimo foi fixado em 7,06% ao ano, já incluindo a TLP (Taxa de Longo Prazo) e o spread bancário, com correção pelo IPCA. Os juros e correções monetárias são pagos mensalmente desde a data das captações. Como garantia, foi apresentada uma fiança bancária no valor total de R\$ 247,77 milhões, contratada junto ao Banco Daycoval em setembro de 2024, com custo de 1,98% ao ano. Outra fiança bancária, no valor restante de R\$ 247,77 está em fase de contratação.

As liberações dos recursos são realizadas conforme o andamento da execução física e financeira da obra do Moegão. Nesse contexto, em janeiro de 2025 foi efetivada a primeira liberação no montante de R\$ 110 milhões e, em julho de 2025, a segunda liberação de R\$ 137,77 milhões, totalizando R\$ 247,77 milhões captados até o momento. Ver N.E.26

	<u>Taxa</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
BNDES	IPCA + 7,0622% a.a.	<u>110.000</u>	-
		<u>110.000</u>	-

A movimentação dos empréstimos no período está abaixo demonstrada:

	<u>30/06/2025</u>
Saldo inicial	-
Captação de empréstimos	110.000
(-) Pagamento do principal	-
(-) Pagamento de juros	(2.789)
Apropriação de juros	2.789
Saldo final	<u>110.000</u>

O cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos está abaixo demonstrado:

	<u>30/06/2025</u>
2026	1.789
2027	5.366
2028	5.366
2029	5.366
2030	5.366
2031	5.366
2032	5.366
2033	5.366
2034	5.366
2035	5.366
2036	5.366
2037	5.366
2038	5.366
2039	5.366
2040	5.366
2041	5.366
2042	5.366
2043	5.366
2044	5.366
2045	5.366
2046	5.366
2047	891
	<u>110.000</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

16. Provisões judiciais

A empresa mantém provisões para perdas em ações judiciais com o objetivo de cobrir possíveis obrigações decorrentes de litígios em andamento. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, e o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são baseadas em avaliações realizadas pela área jurídica da empresa, em conjunto com consultores externos, quando necessário, considerando a probabilidade de perda e a melhor estimativa do desembolso financeiro. A empresa revisa regularmente essas provisões, ajustando-as conforme novas informações surgem ou quando há mudanças significativas nas circunstâncias dos processos.

No balanço atual, a provisão para perdas em ações judiciais está detalhada conforme o grau de risco associado a cada processo, separadas por esfera (trabalhista e cível), conforme abaixo:

Esfera Trabalhista:

- **Risco Remoto:**
Valor estimado: 10.437
Quantidade de Processos: 89
- **Risco Possível:**
Valor: 0 (não há valor conhecido para as ações neste grau de risco no momento)
Quantidade de Processos: 21
- **Risco Provável:**
Valor Provisionado: 59.901
Quantidade de Processos: 191
- **Precatórios Expedidos:**
Valor Provisionado: 29.438
Quantidade de Processos: 32

Esfera Cível:

- **Risco Remoto:**
Valor Estimado: 94.065
- **Risco Possível:**
Valor Estimado: 6.739
- **Risco Provável:**
Valor Provisionado: R\$ 110.866

O valor total provisionado para perdas em ações judiciais com grau de risco classificado como provável mais os precatórios é de 200,205 milhões de reais, conforme quadro a seguir, refletindo a estimativa da administração com base nas informações disponíveis até a data de fechamento das demonstrações financeiras. A empresa continuará monitorando os desenvolvimentos dos processos e ajustará as provisões conforme necessário, garantindo que os valores provisionados reflitam adequadamente os riscos associados.

Provisões totais por grau de risco provável	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas	59.901	54.566
Cíveis	110.866	110.837
Precatórios (i)	29.438	29.437
Total	<u>200.205</u>	<u>194.840</u>

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 30 de junho de 2025 foi um lucro de 139.838 milhões de reais e para o exercício findo em 30 de junho de 2024 a Companhia registrou um lucro contábil de 65.625 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 139.890 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 150.016 milhões.

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
EBITDA	139.890	40.449
EBITDA Ajustado	150.016	44.253
Margem EBITDA	43%	28%
Margem EBITDA Ajustado	46%	31%

c) Reserva de lucros

A Reserva de Lucro registrada no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 30 de junho de 2025 é de R\$ 196.819 sendo composta por reserva de legal e reserva de lucro para investimentos, no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foi registrado um lucro de R\$40.550.

18. Receita operacional

	<u>01/04/2025 a</u> <u>30/06/2025</u>	<u>Semestre findo</u> <u>em 30/06/2025</u>	<u>01/04/2024 a</u> <u>30/06/2024</u>	<u>Semestre findo</u> <u>em 30/06/2024</u>
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	62.484	126.800	63.128	122.544
Infraestrutura de Acostagem	5.351	11.550	4.819	9.201
Infraestrutura Operacional Terrestre	30.023	63.790	30.279	55.405
Receitas de Armazenagem	563	1.050	788	1.165
Receitas por Utilização de Equipamentos	9.979	20.126	10.413	20.195
Diversos Padronizados	1.986	4.377	2.011	3.458
Contratos de Arrendamento	57.739	108.447	56.072	105.091

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Receitas Complementares	3.389	6.304	3.340	6.055
	171.514	342.444	170.850	323.114
(-) Deduções da receita	(8.323)	(19.780)	(10.325)	(18.562)
Receita operacional líquida	163.191	322.664	160.525	304.552

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, são apurados o PIS e o COFINS, no regime cumulativo, em alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

19. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, manutenção dos equipamentos, da infraestrutura e dos acessos, além de mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	01/04/2025 a 30/06/2025	Semestre findo em 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2024
Custos da Infraestrutura Marítima	(67.347)	(70.017)	(55.477)	(67.766)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	(107)	(107)	(11.573)	(16.661)
Custos da Infraestrutura Terrestre	(2.477)	(5.726)	(3.628)	(8.566)
Custos Diversos Padronizados	(921)	(1.819)	(263)	(808)
Custos Indiretos	(47.902)	(93.041)	(28.297)	(53.421)
Total	(118.754)	(170.710)	(99.238)	(147.222)

20. Despesas gerais e administrativas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	01/04/2025 a 30/06/2025	Semestre findo em 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2024
Despesas com Pessoal Administrativas	(15.817)	(30.099)	(13.594)	(41.711)

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Serviços de Terceiros e Utilidades	(665)	(2.097)	(18.106)	(36.211)
Despesas Gerais	(7.652)	(10.635)	(6.140)	(11.706)
Depreciação	(10.848)	(22.300)	(11.589)	(23.447)
Amortização	(134)	(267)	(54)	(27)
Total	(35.116)	(65.398)	(49.483)	(113.102)

21. Outros resultados operacionais

	<u>01/04/2025 a 30/06/2025</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2025</u>	<u>01/04/2024 a 30/06/2024</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2024</u>
Outras receitas				
Receitas Não Operacionais	40.893	40.893	2.672	2.672
	40.893	40.893	2.672	2.672
Outras despesas				
Despesas Tributárias	(27)	(2.719)	(68)	(3.028)
Custas Judiciais	(29)	(37)	(9)	(15)
Ações Trabalhistas	(5.397)	(5.447)	(438)	(443)
Ações Cíveis	(1.607)	(1.644)	(116)	(945)
Ações Administrativa	(66)	(66)	(21)	(21)
Outras	(146)	(213)	(63)	(69)
	(7.272)	(10.126)	(715)	(4.521)
Total de outras receitas e despesas	33.621	30.767	1.957	(1.849)

22. Resultado financeiro líquido

	<u>01/04/2025 a 30/06/2025</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2025</u>	<u>01/04/2024 a 30/06/2024</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2024</u>
Receita financeira				
Juros recebidos ou auferidos	286	551	4.870	4.923
Rendimento de aplicação financeira	22.407	41.116	14.106	24.834
Variações monetárias ativas	-	15	-	-
Outras receitas financeiras	-	1	2	2
Total	22.693	41.683	18.978	29.759
Despesa financeira				
Juros pagos	(1.894)	(2.799)	-	-
Outras despesas financeiras	(7)	(2.490)	(5)	(10)
Total	(1.901)	(5.289)	(5)	(10)
Resultado financeiro	20.792	36.394	18.973	29.749

23. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 30 de junho de 2025 está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2025</u>
Caixa e equivalente de caixa	533.669
Contas a receber	<u>30.469</u>
	<u>564.138</u>

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

24. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

<u>Entidades controlada pelo Estado do Paraná</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Copel Distribuição S.A.(i)	-	<u>355</u>
	-	<u>355</u>

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

- (i) Em 2023, ocorreu uma mudança significativa na estrutura acionária da **Companhia Paranaense de Energia (Copel)**, empresa anteriormente controlada integralmente pelo Estado do Paraná. A partir desse ano, o Estado do Paraná reduziu sua participação acionária na Copel, deixando de ser seu controlador exclusivo. Essa mudança ocorreu por meio de uma oferta pública de ações (OPA), na qual a participação do Estado foi reduzida para aproximadamente 32% do capital votante, mantendo o controle acionário, mas permitindo a entrada de investidores privados no capital da empresa.

Remuneração dos conselhos (em reais)

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CONSAD - Conselho de Administração	50.315,68	47.892,32
CONFISC - Conselho Fiscal	12.578,94	11.973,09
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	9.434,19	8.979,81
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	18.868,38	17.959,62
	<u>91.197,19</u>	<u>86.804,84</u>

Quantidade de membros

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CONSAD - Conselho de Administração	9	8
CONFISC - Conselho Fiscal (i)	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
	<u>21</u>	<u>20</u>

- (i) O conselho fiscal possui 1 suplente a cada 3 membros titulares

25. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. Esta apólice está em fase de cotação para futura abertura de licitação.

No entanto, como já havíamos publicado nas Demonstrações anteriores (12.2024), o mercado segurador se encontra retraído com a redução do número de seguradoras e resseguradoras que atuam no mercado portuário, sendo este um problema de âmbito nacional. Por isto, desde setembro de 2024, data da vigência da última apólice, há tentativas de contratação de novas apólices conforme quadro abaixo:

<u>Período</u>	<u>Processo</u>	<u>Status</u>
Fevereiro de 2024	Licitação 1000000006	Deserta
Fevereiro de 2024	Contratação emergencial Liberty	6 meses
Agosto de 2024	Licitação 1000000010	Deserta
Setembro de 2024	Fim vigência Liberty	
Fevereiro de 2025	Licitação 1000000190	Em fase de cotação

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2025 até 27 de janeiro de 2026.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Riscos operacionais	-	-
Responsabilidade civil	10.000	10.000

26. Eventos subsequentes

Em 16 de julho de 2025, após a data-base das presentes demonstrações contábeis, a Companhia obteve a liberação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de recursos adicionais referentes ao contrato de financiamento firmado em 2024, no montante de R\$ 137.775 mil.

Em

Esse evento não enseja ajustes nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2025, mas é divulgado por representar fato relevante à posição financeira e ao planejamento da Companhia.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

- x - -